



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER LEGISLATIVO PRÉVIO**

**VETO AO PROJETO DE LEI Nº : 08/2024 (VETO 05/2024)**

**PROCESSO Nº : 460/2024**

**PARECER Nº : 62/2024**

**EMENTA** : VETO INTEGRAL AO PLL 08/2024, CUJA SÚMULA DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DE DESPESAS EM EVENTOS PROMOVIDOS, PATROCINADOS OU COM EMPREGO DE DINHEIRO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.

**1. Síntese da Proposição Legislativa**

Submete-se à instrução legislativa o Veto Integral ao Projeto de Lei do Legislativo nº 8/2024, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de despesas em eventos promovidos, patrocinados ou com emprego de dinheiro público no município de Campo Largo.” O Veto tramita no sistema eletrônico de proposições legislativas, tendo sido autuado no setor de protocolo sob o nº 460/2024 com data de 05/04/2024, e é acompanhada de justificativa escrita, nos termos regimentais.

A presente instrução legislativa abordará os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação do Veto apresentado, bem como apontará sugestão de comissões para sua análise.

**2. Identidade e Semelhança**

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, deve ser arquivada pela Presidência ou Comissão de Redação e Justiça, a tramitação de proposições com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Acerca da Proposição vetada, foi possível verificar a inexistência de proposição similar, quer seja em trâmite, arquivada ou revogada, não podendo constituir, referido motivo, justificativa ao veto apresentado.

### **3. Considerações**

Sob análise o Veto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 8/2024, de iniciativa do Vereador André Gabardo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de despesas em eventos promovidos, patrocinados ou com emprego de dinheiro público no município de Campo Largo.

Conforme justificativa apresentada pelo autor, o objetivo da proposição é que a população possa ter acesso facilitado a todos os valores, em tamanho e formato que permita a leitura e compreensão das informações, visto que por diversas vezes a população busca essas informações, mas tem dificuldades de encontrá-las.

O Projeto, após ter sido lido em Plenário da Câmara Municipal, foi encaminhado para a reunião das Comissões Permanentes desta Câmara que opinaram pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei. No mérito, as Comissões entenderam pela necessidade de sua aprovação.

Após o trâmite regimental, foi o Projeto discutido e aprovado em Plenário, em primeira e segunda votação.

Por meio de Ofício o Senhor Prefeito Municipal, usando da faculdade que lhe confere o artigo 72, §1º da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 218, §1º do Regimento Interno desta Casa, vetou integralmente o Projeto, o qual, nos termos constitucionais, retornou a esta Câmara Legislativa para ser novamente apreciado, desta feita face aos argumentos empregados pelo Senhor Prefeito para a interposição do Veto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Nessas condições, a propositura retorna ao exame desta Casa, nos termos do que estabelece o artigo 39, inciso XIV da Lei Orgânica do Município em conjunto com §4º do artigo 218 do Regimento Interno.

Com a devida vênia ao entendimento do Poder Executivo, importa destacar que nas razões do Veto, o Poder Executivo argumenta, em síntese, que o atendimento à matéria e ao tema já vem sendo tratado de forma regular pelo Município, de modo que não necessitaria de legislação específica para tanto. Contudo, em que pese a alegação do Poder Executivo Municipal, as razões do Veto se restringiram à conveniência e oportunidade, não havendo óbices jurídicos/legais para a aprovação plenária do Projeto em si.

Desta maneira, deve a proposição ser submetida à decisão soberana do Plenário desta Casa Legislativa pelos motivos acima expostos.

Assim, temos que a proposição em comento, o PLL 8/2024 **está apto a ser inserido no ordenamento jurídico**, não trazendo o Veto, justifica plausível à sua manutenção.

#### **4. Comissões competentes**

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia àquelas definidas regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes, indicadas no presente caso:

a) Comissão de Justiça e Redação; b) Comissão de Finanças e Orçamento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**5. Conclusão**

Feitas as considerações necessárias e pertinentes, **temos que o Poder Executivo não apresentou argumentos jurídicos plausíveis que justifiquem o VETO, estando o PLL 8/2024 apto a ser inserido no ordenamento jurídico.**

Ressalta-se o caráter técnico instrumental do opinativo deste Parecer Legislativo Prévio, uma vez que a decisão de admissibilidade é de competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais.

Campo Largo, 09 de abril de 2024.

THAÍS VIEIRA BORGES DOS SANTOS  
Assessora Legislativa  
Câmara Municipal de Campo Largo – PR

De acordo,

EMANUELY WOISKI TEIXEIRA  
Diretora Jurídica  
Câmara Municipal de Campo Largo – PR  
OAB/PR 61.549